



**PAUTA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Data: 17 de julho de 2018

Horário: 14h

Local: Sala de Reuniões das Comissões - 201

**Presentes os Membros da Comissão, o Presidente declarará aberto os trabalhos, que observarão
a seguinte ordem:**

Art. 410 do Regimento Interno - Da Ordem dos Trabalhos

I - leitura, discussão e, votação da Ata da 10.ª reunião ordinária.

(Lida a Ata Senhor Presidente)

II - leitura sumária do expediente;

- **Memorando Circular n.º 218/2018/CTLMD/NCCJR/ALMT:** convocando os membros titulares para a presente reunião;
- **Memorando Circular n.º 219/2018/CTLMD/NCCJR/ALMT:** comunicando os membros suplentes para a presente reunião.

(Lido o Expediente Senhor Presidente)

*OBS: O conteúdo desta ordem do dia pode, por decisão
do Presidente da Comissão, sofrer alterações.*



ORDEM DO DIA

RELATORA DEPUTADA JANAINA RIVA:

01 – PROJETO DE LEI N.º 253/2017 – Autor: Dep. Silvano Amaral

Ementa: Obriga a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula nas escolas que oferecem ensino infantil, fundamental e médio no Estado de Mato Grosso.

02 – PROJETO DE LEI N.º 194/2018 “dispensa de pauta” – Autor: Lideranças Partidárias

Ementa: Dispõe sobre a interpretação dos efeitos da Lei nº 10.634, de 1º de dezembro de 2017, e dá outras providências.

RELATOR DEPUTADO MAX RUSSI:

03 – PROJETO DE LEI N.º 117/2018 – Mensagem n.º 38/2018 (c/emendas) “dispensa de pauta”

– Autor: Poder Executivo

Ementa: Altera a Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, cria Fundo e dá outras providências.

04 – PROJETO DE LEI N.º 199/2018 – Mensagem n.º 50/2018 “dispensa de pauta” – Autor: Poder Executivo

Ementa: Dispõe sobre a adesão do Estado de Mato Grosso a benefício fiscal previsto na legislação do Estado de Goiás, nos termos da Lei Complementar Federal nº 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017, e dá outras providências.

05 – PROJETO DE LEI N.º 87/2018 – Autor: Dep. Eduardo Botelho

Ementa: Altera a Lei nº 7.692, de 1º de julho de 2002, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

06 – PROJETO DE LEI N.º 176/2018 – Autora: Mesa Diretora

Ementa: Modifica dispositivos da Lei 7.860, de 19 de dezembro de 2002, e dá outras providências.

RELATOR PEDRO SATÉLITE:

07 – PROJETO DE LEI N.º 268/2015 – Autor: Dep. Eduardo Botelho

Ementa: Dispõe sobre a estadualização da Estrada que tem início na ponte sobre o Rio Popino em Diamantino passando pelas comunidades de Frei Manoel e Astorda, com acesso à Rodovia MT-240, em Alto Paraguai.



08 – PROJETO DE LEI N.º 519/2015 – Autor: Dep. Guilherme Maluf

Ementa: Dispõe sobre a cobrança de couvert artístico e dá outras providências.

09 – PROJETO DE LEI N.º 360/2016 – Autor: Dep. Guilherme Maluf

Ementa: Cria o Programa Estadual de Apoio Estruturante à Mobilidade Urbana - Pró-Asfalto e dá outras providências.

10 – PROJETO DE LEI N.º 201/2017 – Autor: Dep. José Domingos Fraga e Coautoria: Dep. Sebastião Rezende

Ementa: Institui o “Programa Crédito Solidário” para garantir a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR sob a modalidade de “equivalência em produto” em operações de crédito contratadas por Pequenos Produtores Rurais com instituições oficiais ou cooperativas de crédito e dá outras providências.

RELATOR DEPUTADO OSCAR BEZERRA:

11 – PROJETO DE LEI N.º 22/2018 – Mensagem n.º 28/2018 – Autor: Poder Executivo

Ementa Revoga dispositivo da Lei nº 10.656, de 28.12.17.

12 – PROJETO DE LEI N.º 180/2018 – Mensagem n.º 47/2018 “dispensa de pauta” – Autor: Poder Executivo

Ementa Altera dispositivos das Leis nº 6.338, de 03 de dezembro de 1993, e nº 8.422, de 28 de dezembro de 2005, que dispõem sobre a inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

RELATOR DEPUTADO WILSON SANTOS:

13 – PROJETO DE LEI N.º 542/2017 – Mensagem n.º 96/2017 - Autor: Poder Executivo

Ementa: Dispõe sobre normas específicas a serem observadas no procedimento e julgamento das licitações no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.